

**O CAPITÃO JOSÉ PEDRO DE SOUZA E SUA REIVINDICAÇÃO PERANTE O ESTADO BRASILEIRO: REPENSAR O LUGAR DOS POVOS INDÍGENAS NA HISTÓRIA IMPERIAL**

Soraia Sales Dornelles

Universidade Federal do Maranhão/UFMA

soraiasdornelles@gmail.com

O aprisionamento do paquete *Marquês de Olinda* em 1864, foi o estopim da guerra do Paraguai. As atuações das populações indígenas do lado brasileiro se fizeram já nestes momentos iniciais. A invasão terrestre paraguaia à província de Mato Grosso tomou a colônia militar de Miranda, território eminentemente Guaná. Os índios moradores do aldeamento vizinho, sobretudo Laiana e Terena, vendo partir as tropas brasileiras e aproximarem-se as paraguaias em vantajoso número, tomaram o armamento guardado no posto militar e postaram-se ante o inimigo, porém, malfadadamente (SILVA, 2011; 2008; HERBERTS, 1998; CARVALHO, 1992).

Como defendido por Marli de Almeida (2013), no Mato Grosso esteve em curso uma política indigenista de fronteira que fundamentou-se nas prerrogativas legais do Regulamento das Missões (Artigo 2º, § 13) onde se previu o alistamento dos índios para o serviço militar. Ilustre participante da Guerra, Alfredo d’Escagnolle Taunay, relatou que o aldeamento modelo da província, Nossa Senhora do Bom Conselho, dirigido pelo missionário Mariano de Bagnaia, tinha galgado seu sucesso principalmente pela disciplina militar e pelo preparo para uma *eventual* guerra que ali receberam os índios Quiniquinau (TAUNAY, 1874). Fruto ou não da militarização dos índios da província, ou de suas tendências *tradicionais*, o certo é que a disposição indígena para o fronte no Mato Grosso e em outros locais, superou, muitas vezes, os contingentes angariados de guardas nacionais e voluntários da pátria. Como deixou registrado Taunay, o Capitão José Pedro, Terena, arrecadara 275 homens, aos quais somaram-se mais 39 Quiniquinau e 20 Lainos, num total de 334 soldados, “*oferecendo-se com espontânea disposição e servindo com toda dedicação*”; já um oficial não indígena, o tenente-coronel Albuquerque, não chegou a juntar 100 homens (DORATIOTO, 2002, p.104). Como bem apontou Marli A. de Almeida, o problema da arregimentação de soldados

observada por Taunay era consoante com outras vozes no Império e, desse modo, passaram a valer-se “*do artifício da utilização dos próprios nacionais nos episódios de guerra*”, com a privilegiada atuação das lideranças indígenas como intermediários (ALMEIDA, 2013, p.184-185).

Por todo o império, indígenas se engajaram nos batalhões para a luta. Nem todos voluntariamente, é certo, mas um considerável contingente desta classe dispôs-se a partir para os campos de batalha. Como afirmou Perdigão Malheiro (1867, p.158), os índios prestaram bons serviços não somente nos campos do conflito, mas também com socorros de mantimentos de gados e das gentes.

A história do capitão José Pedro de Souza é exemplar. Ele foi educado no aldeamento de Santa Cruz em Miranda (MT) onde era missionário Mariano de Bagnaia. Aprendeu a ler, escrever e, conforme Alfredo de Taunay, “*ensinava doutrina aos pequenos de sua aldeia e mantinha muita disciplina e ordem entre seus comandados*” (TAUNAY, 1874, p.309). Após o seu aldeamento ter sido saqueado pelos paraguaios, arregimentou índios para a batalha e esteve sob a liderança de duas investidas ante os inimigos no ano de 1865. Apesar dos préstimos nos trabalhos da guerra, o capitão terena encontrou-se em uma complicada situação em meados de 1867, quando chegou à província paulista. Conforme uma publicação no *Diário de S. Paulo*<sup>1</sup>, a liderança indígena, “*um moço, de 30 anos, robusto, bem-apessoado, sabendo ler e escrever e falando perfeitamente o português*”, seguiu à corte na intenção de conhecer o imperador e solicitar dele a retribuição de seus serviços na forma de um posto militar. Sua majestade o recebeu e depois o encaminhou aos seus ministros. Estes, “*fizeram-lhe dar alguns trapos, sapatos e embarcaram-no no Santa Maria, sem um ofício, sem uma guia, de sorte que desembarcando em Santos, nem sabia o rumo em que devia dirigir-se, e até hoje vagaria ele e seus companheiros pelas ruas de Santos, mortos à fome*”, caso não os tivessem acolhido o Dr. Cochrane e o Sr. José Antonio Figueira, que levou a comitiva até a capital. Lá conheceu o advogado dos índios da província, o dr. Joaquim Pinto Jr. O autor da matéria informou ainda que o capitão José Pedro não tinha a intenção de retornar de imediato ao Mato Grosso, antes, buscou auxílio para formular “*uma petição em regra*” e aguardou que o Imperador providenciasse atender sua

---

<sup>1</sup> *Diário de S. Paulo*. 18670628. Ano II, n. 558. Publicações Perdidas, p. 2, col. 4.; p.3, col. 01. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/709557/2146>. Acesso em 06/10/2016.

súplica “*pois não andou tantos centos de léguas para vir pedir uma esmola, mas sim uma retribuição de serviços relevantes que prestou ao país*”. O anônimo, simpático ao chefe índio, expôs sua opinião sobre a demanda e outras questões da guerra:

Os postos militares que se barateiam aí a qualquer menino bonito, que tem bom protetor, as condecorações e as honras que se dão a quem tem um preto velho para libertar, seriam mais bem empregadas no peito de um brasileiro sem mescla, de um Terena, indígena civilizado, religioso e morigerado, que se bateu com bravura em defesa da terra em que nasceu, da pátria que adora e que por mais de uma vez tem regado com seu sangue.

Indignava-se da falta de tato das autoridades, excetuando-se sua majestade, claro – mera vítima de maus conselhos e informantes –, perante a possibilidade de ter-se somada às forças expedicionárias aqueles tantos indígenas.

A epopeia do capitão indígena voltou a ser tema na folha em outras cinco edições, estendendo-se de junho de 1867 a março de 1868. José Pedro de Souza teve o cuidado de conservar consigo nove documentos que atestaram seus préstimos na Guerra e os de seus subordinados. Em agosto de 1867, sua petição foi publicada e em dezembro continuou a aguardar um desfecho a seu favor. Nesse meio tempo, frequentou o gabinete provincial e tratou diretamente com dois presidentes (José Tavares de Bastos e Saldanha Marinho). No primeiro dia deste mês, um texto foi apresentado ao público: escrito em primeira pessoa, dando um caráter ainda mais peculiar e raro à fonte, o próprio José Pedro de Souza nos relata sua perspectiva sobre o que lhe acontecera<sup>2</sup>:

Antes de retirar-me para a fronteira de Mato Grosso a reunir-me a meus parentes e amigos. Antes de embrenhar-me nessas espessas matas onde abri os olhos à luz da vida, devo duas palavras ao público civilizado do império com quem por tanto tempo tive de tratar. **Brasileiro por nascimento e pela mais sincera dedicação**, não fui indiferente a essa invasão de bárbaros paraguaios que têm devastado a mais rica, a mais bela e a mais leal província do Império...

---

<sup>2</sup> *Diário de S. Paulo*. 1867/1201. Ano III, n. 687. Publicações Perdidas, p. 2, col. 2-4. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/709557/2662>. Acesso em 06/10/2016. As citações a seguir pertencem à mesma referência.

Conta-nos José Pedro que em primeiro de janeiro de 1865 fora chamado às armas pelo padre capuchino Mariano de Bagnaia, tendo deixado seu aldeamento juntamente de *“todos aqueles que tinham idade e robustez para defender a pátria”* e se apresentado em Miranda. Naquela ocasião receberam armamento (10 cartuxos por soldado) ao que refletia: *“Não creio que a deficiência de munição fosse a causa dessa parcimônia, e antes inclino-me a acreditar que fosse mal-entendida desconfiança destes naturais do país a que chamam indígenas, como se não fossem eles os mais interessados em defender a terra em que nasceram”*.

Seguindo as ordens do tenente coronel da Guarda Nacional, Caetano da Silva Albuquerque, partiram para o fronte, *“na vanguarda das forças imperiais”*, com a missão de espreitarem o inimigo. Colocaram-se à seis léguas de Miranda em direção à fronteira, ocupando o *Curral de Taquara*, para onde seguiram também outros *“50 homens (indígenas)”* provenientes do aldeamento de Cachoeirinha, *“com o fim de prevenir-me que as forças ao mando daquele tenente-coronel se haviam dispersado e a povoação de Miranda se achava abandonada e deserta”*. Vendo-se cercados pelos oponentes, decidiu pela retirada, não tendo com isso evitado o encontro no córrego *Agachi*, *“devendo minha salvação e a da minha gente não só à hora adiantada da tarde (...), como o poderoso auxílio dos 50 homens que tinha recebido, e mais que tudo a proteção de um barranco, do que resultou podermos resistir sem perda de um só homem, não sendo tão feliz o inimigo”*. Sendo estes em número superior, mantiveram-se nas matas por três dias. Em 13 de janeiro as forças paraguaias já haviam tomado Miranda e, no dia 20, os aldeamentos de Nachedache, Aldeia Grande, Cachoeirinha e Ipegue haviam sido *“reduzidos às cinzas”*. Internados nas matas e com munições reduzidas, seguiram o rio Aquidauana sob o comando de um indígena que conhecia a região. No dia 23, *“tão bem-disposta achava-se a emboscada, que na ocasião em que o inimigo tentava vadear o passo em pelotas<sup>3</sup>, foi atacado, morrendo 12 paraguaios e um brasileiro de nome Manoel Prestes, que lhes servia de práctico”*. Assim, as forças

---

<sup>3</sup> De acordo com dicionário Houaiss da Língua Portuguesa (1a ed. Editora Objetiva: Rio de Janeiro, 2009), *vadear* significa atravessar (rio, brejo, etc.) a vau, a pé, pelos lugares menos profundos; banco de areia; *pelota* trata-se de uma embarcação fluvial rústica e improvisadas, feita de trançado de varas e coberto por couro de boi, movida a cabo e usada para travessia de pessoas e cargas de uma para outra margem. Seu uso foi atribuído ao ano de 1877, para o RS e MS.

opositoras seguiram a estrada do Coxim, regressando dali há poucos dias com mais de trinta mil cabeças de gado vacum, e alguns prisioneiros, levando nessa mesma ocasião o fazendeiro Joaquim Pires da Veiga e sua família. Segue o relato do capitão:

Abandonados de toda a direção, e não encontrando um núcleo de força a que nos pudéssemos agregar, continuamos sempre embargando o passo ao inimigo, tendo lugar no dia 10 de março um ataque no passo de Maria Domingues, em que sucumbiram 30 paraguaios, cujos despojos nos forneceram algumas munições de guerra.

**O desaparecimento de frei Mariano e a debandada da força que o acompanhava introduziu o desânimo entre os indígenas por ele congregados para a defesa da fronteira;** entretanto permanecemos sempre em armas, até que nos pudemos reunir às forças imperiais, cumprindo então as ordens dos chefes Carvalho, Camisão, Mendes Guimarães, prestando, sem a menor hesitação, serviços que foram testemunhados pelos distintos oficiais acima referidos e pelos não menos distintos tenente Seragnoli, capitão Lagos, major Lins, coronel Lima e Silva e outros.

Estando a fronteira assim ocupada pelo inimigo, e não existindo força bastante para rechaça-lo, resolvi fazer uma viagem à corte, não só no empenho de expor o estado do país e pedir providencias, como no intuito de beijar a augusta mão do monarca, e solicitar em remuneração dos serviços prestados uma patente de *capitão honorário*, **para mostrar aos meus companheiros de trabalhos que a munificência imperial está sempre pronta a premiar os que bem servem ao país.** Fui recebido pelo imperador com aquela paternal bondade com que ele sabe sempre acolher o último de seus súditos; mas, ou porque me não soube explicar, ou porque a atenção dos exms. Ministros estivesse por ventura presa a assuntos de maior momento, voltei sem uma solução qualquer!

Conta-nos o autor indígena que, em Santos, foi auxiliado por José Antonio Figueira. Este o acompanhou até São Paulo onde conheceu também o dr. Pinto Jr.. Juntos, foram ao encontro do então presidente da província, José Tavares Bastos, que de pronto se comprometeu em intervir em favor da causa através de uma petição. Tão morosa a questão, houve a sucessão da presidência provincial paulista e o capitão indígena também tratou com o exm. sr. conselheiro Saldanha Marinho. Apesar de

experimentar maior simpatia entre os paulistas, o trato lembrava o que ocorrera na Corte, quando “*Altas questões de competência se suscitaram entre os exms. Ministros da guerra e agricultura para decidir o intrincado ponto de direito administrativo, se tal remuneração devesse ser dada por aquele como serviço de guerra, ou por este, a cuja proteção e cuidado estão entregues os indígenas do império!*”. À altura da escrita do documento, já havia transcorrido mais de oito meses que se via entre autoridades. Para José Pedro de Souza era o limite:

“a mais terrível peste assola o torrão em que habitam os seres que me são mais caros, meus filhos, meus parentes e companheiros, justo é pois que não espere mais por uma recompensa, para a qual talvez não tenha ainda serviços bastantes; corro a partilhar a sorte de minha tribo, mas, antes de partir, cumpro um dever grato ao meu coração, inclinando-me ainda uma vez agradecido, com profundo respeito ante a majestade augusta que preside aos destinos do Brasil; agradecendo a bondade com que me ouviram e atenderam os presidentes de S. Paulo. (...) S. Paulo, 30 de novembro de 1867. José Pedro de Souza.”

Vamos por partes. A consciência que o capitão tinha sobre a importância de sua contribuição na contenda e dos seus homens era equivalente ao seu conhecimento relativo à tendência de diminuí-la ou mesmo anulá-la. Não foi à toa que levantou a questão da desconfiança que lhes era relegada, por serem tomados por uma classe especial de gente, a indígena. Na sessão do senado de 17 de julho de 1865, publicada alguns dias depois no *Jornal do Comércio*<sup>4</sup> – como era costume – argumentou o Sr. Herculano Ferreira Penna, remetendo-se a um ofício do Ministério da Guerra do ano de 1862 – época em que presidiu a província do Mato Grosso – que dizia que “*o auxílio dos índios que habitam a fronteira tem sido preconizado por algumas pessoas que, não conhecendo de perto a essa gente, exageram o seu número, seu valor e sua dedicação*”, mas que em caso de “*rompimento inevitável*” se poderia contar com um corpo de cavalaria de índios, para a casa dos duzentos, e mais um de infantaria de 400 índios. Para fins comparativos, àquele tempo, a força já existente na província do Mato Grosso

---

<sup>4</sup> Jornal do Comércio. 18650623. Ed. 173, p. 01, col. 5; p. 02, col. 3. Senado. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/364568\\_05/8781](http://memoria.bn.br/DocReader/364568_05/8781). Acesso em 06/10/2016.

era de apenas dois mil homens, de modo que a possibilidade de se contar com 600 mais, era relevante e superior aos reforços que se esperava receber de Goiás e do somatório dos que a corte, Minas e São Paulo poderiam suprir.

No tempo de sua fala, já em curso o conflito, dizia o senador que a morosidade para providenciar e levar os reforços até onde fossem necessários, era tão difícil quanto era impossível alistar-se tantos índios. Porém, há fontes sobre o contrário: em fins de março de 1865, um correspondente mineiro do *Jornal do Comércio*, exaltou as notícias que um amigo da vila do Prata deu sobre os “*mais que setecentos índios mansos [que] procuraram a frei Mariano, (...), e se ofereceram para pegar em armas a favor do Brasil; o frade, porém, os despersuadira, e fora-se ter com os paraguaios, mas estes o tocaram e não o quiseram receber*”<sup>5</sup>. A expressiva adesão indígena ao conflito, para o capitão José Pedro de Souza, justificou-se por serem eles *os mais interessados em defender a terra em que nasceram*. Estando eles nas fronteiras imperiais, reconhecendo-se também como brasileiros e vendo as terras onde viviam atacadas pelos paraguaios, a indiferença não era uma opção. Havia àquela altura, todo um passado de negociações de alianças, primeiro, entre a coroa portuguesa e os indígenas da fronteira mato-grossense, segundo com o Império do Brasil (ALMEIDA, 2010; KOK, 2015; VASCONCELOS, 2015; SILVA, 2011; CARVALHO, 1992). [1] [SÉP] Ao tempo do confronto existia uma população estimada entre três a quatro mil Terena distribuídos em dez aldeamentos nas cercanias de Miranda entre os quais os quatro apontados pela liderança indígena (TAUNAY, 1931), isso sem mencionar outros povos indígenas.

Sobre os procedimentos militares do qual tomara parte, José Pedro de Souza destacou que ele e seus subordinados atuaram como linha de frente naqueles momentos iniciais, *vanguarda das forças imperiais*, indo ao encontro dos inimigos para *espreitá-los* sob ordens superiores, mesmo antes de qualquer ataque direto aos aldeamentos. Sua sorte foi contar com o apoio de 50 homens enviados por outra chefia indígena em socorro, já que a colônia militar de Miranda havia sido tomada pelo inimigo, deixando-os cercados. A duras penas e depois de três confrontos diretos, dos quais julgou-se vitorioso, o capitão e sua tropa alcançaram as forças militares do Império. Para um contraponto narrativo e interpretativo da História, observe-se o que disse o destacado

---

<sup>5</sup> Jornal do Comércio. 18650411. Interior, p.01, col. 01. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/364568\\_05/8457](http://memoria.bn.br/DocReader/364568_05/8457). Acesso em 06/10/2016.

historiador da Guerra do Paraguai Francisco Doratioto, sobre o mesmo episódio: “*Os moradores evacuaram Miranda e, antes que os paraguaios nela penetrassem, índios da região se apoderaram de parte do armamento que havia no depósito da localidade e tiveram breve e malsucedido combate com os invasores*” (DORATIOTO, 2002, p.104). Sua fonte foi um relatório presidencial de Augusto Leverger (1865) que, por sua vez dizia que os índios “*apoderaram-se da porção de armamento que existia nos armazéns militares e com ele hostilizaram o inimigo; mas este não tardou a domar essa resistência, que não era de esperar fosse eficaz, atendendo à inferioridade de número dos mesmos índios e a sua falta de disciplina*”.<sup>6</sup> Havia grande desconsideração sobre as ações militares indígenas e até desconfianças, como apontou o autor da petição.

Ao citar tamanha constelação da oficialidade militar que foi testemunha dos préstimos que realizou à pátria, o capitão indígena lhes atribuiu a responsabilidade do reconhecimento da valorosa atuação indígena na guerra. A viagem à corte ocorreu porque não havia forças suficientes para enfrentar os paraguaios. O título de capitão honorário seria o símbolo do reconhecimento imperial do seu trabalho na guerra no comando dos soldados indígenas.

À morosidade na solução sobre a demanda o autor indígena apresentou algumas explicações. No que parece mais um comentário irônico, disse que seria talvez fruto de sua má apresentação do tema, ou ainda, da preocupação dos ministros com temas *de maior momento*. Também lhe ocorreu que não sendo a questão indígena um tema propriamente da mesa do Ministério da Guerra e sim do da Agricultura, *questões de competência* seriam o verdadeiro entrave, um *intrincado ponto de direito administrativo*. Mas àquela altura, muito tempo depois de empreendida longa marcha e demora na capital paulista, conjecturou que o título não lhe seria concedido por não ter sido suficiente o seu serviço. Seu pronunciamento público na folha paulista parece ter acelerado a deliberação: no quarto dia após a publicação das palavras do índio, um decreto do governo concedeu ao sr. José Pedro de Souza as honras de capitão do

---

<sup>6</sup> *Relatório do vice-presidente da província de Matto-Grosso, chefe da esquadra, Augusto Leverger, na abertura da sessão ordinária da Assembléa Legislativa Provincial em 17 de outubro de 1865*. Cuiabá, Typ. de Souza Neves etc., 1865, p.9-10.

exército.<sup>7</sup> O capitão José Pedro de Souza faleceu no dia 21 de março de 1868. Estava no quartel da capital paulista e “*Foi sepultado com todas as honras militares*”<sup>8</sup>.

Esta liderança não pôde acompanhar, então, todas as implicações que a Guerra do Paraguai relegou ao povo Terena e outros que habitavam a fronteira antes do conflito (Kinininau, Guaikuru, Laina). Com a invasão paraguaia às áreas onde se localizavam os aldeamentos, seus moradores dispersaram-se pelos matos mais internados e de difícil acesso, como a serra de Maracajú onde foram localizados por Taunay em 1866. No pós-guerra, implementou-se uma política mais eficaz para a colonização daquela região, antes marcada somente pela existência de presídios ou fortes. As relações comerciais que os indígenas mantinham com a população local tornaram-se cada vez menos favoráveis aos Terena. Já as terras dos aldeamentos foram invadidas no curso da guerra e, ao retornarem a elas após o fim da contenda, passaram a disputá-las com os posseiros – oficiais desmobilizados do Exército Brasileiro, comerciantes e fazendeiros –, muito mais amparados no processo de regulamentação fundiária que os índios (VASCONCELOS, 2015). A desterritorialização acarretou a apropriação compulsória daquela mão de obra, entendido na memória terena como “tempo da servidão” (AZANHA, 2005, p.79).<sup>9</sup>

Na província gaúcha, também palco do conflito, três lideranças coroadas (Kaingang) do aldeamento da Guarita acompanhadas de um contingente entre 150 a 200 guaranis, dirigiram-se à estância onde estava o presidente por sentirem-se “*obrigados a servirem como voluntários do exército*” (MELO, 2011, p.146). Dele receberam armas, fardamento, cavalos e o que mais fosse necessário para seu engajamento na batalha. O

---

<sup>7</sup> *Diário de S. Paulo*. 18671208. Ano III, n. 693. Gazetilha, p. 3, col. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/709557/2687>. Acesso em 06/10/2016. Não encontrei a publicação de tal decreto nas coleções de Leis Imperiais para o ano de 1867.

<sup>8</sup> *Diário de S. Paulo*. 18680324. Ano III, n. 780. Gazetilha, p. 03, col. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/709557/3009>. Acesso em 06/10/2016.

<sup>9</sup> O antropólogo discorre ainda sobre como essa dispersão terena e sua situação de servidão em diversos barracões de fazendas passou a servir de contraponto ao seu posterior confinamento em reservas. O início da atuação do SPI, a partir de 1918, reconfiguraria os problemas que concernem terra e trabalho. Sobre o tema específico da relação entre processos de desterritorialização e apropriação da mão de obra indígena no século XIX consultar: MOREIRA, Vânia Maria Losada. A serviço do império e da nação: trabalho indígena e fronteiras étnicas no Espírito Santo (1822-1860). *Anos 90*, Porto Alegre, v.17, n.31, pp.13-55, jul. 2010, p. 18-19; DORNELLES, S.S. “Trabalho compulsório e escravidão indígena no Brasil imperial: reflexões a partir da província paulista”. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v.38, n°79, 2018, pp.87-108.

documento além de explicitar a iniciativa indígena frente o conflito, possibilitou, como apontou a historiadora Karina Melo, outras questões interessantes.

A primeira, relacionou-se com a “voluntariedade” do engajamento indígena em guerras. Conforme a autora, havia motivações econômicas de sobra para estimular a participação indígena no conflito, visto que estavam diretamente envolvidos nos negócios das charqueadas, ora na condução de tropas, ora por seu trabalho como peões nas estâncias. Esse ramo do comércio enfrentou duras quedas pela concorrência com os vizinhos e certamente sofreu maiores prejuízos pelo início da guerra. Também serviram como atrativos as promessas de ganhos provenientes da participação do conflito: o prestígio militar, cargos públicos, pensões e o acesso à terra estiveram na mirada de qualquer beligerante. Nesse sentido a participação nas fileiras tinha razões bastante estratégicas. Outro ponto destacado por Melo é a congregação de grande número de Guaranis sob a liderança de 3 chefes Kaingang no mesmo destacamento, povos reconhecidos nos Oitocentos como inimigos. Há uma tendência em duvidar que fossem Guaranis os membros da comitiva, seria mais verossímil que fossem Kaingang. Porém, a autora nos faz lembrar que o autor do documento, presidente da província, dificilmente se equivocaria quanto à origem *étnica* ou de *índole* daqueles índios, assíduos visitantes dos palácios de governo. Vânia Losada Moreira (2010, p.18-19) também chamou a atenção para o conhecimento que os governantes provinciais possuíam das distinções entre as *classes* de índios de suas jurisdições, justamente pelo histórico de relacionamento entre eles os índios.

No Paraná, o aldeamento de São Pedro de Alcântara, maior da província, congregava desde 1859, Guaranis, Kaiowá e Kaingang. A existência de conflitos inter-étnicos foi característica da fase de implantação do aldeamento e, quanto mais estabelecida, cedia lugar aos conflitos de caráter intra-étnicos, constituindo ambos uma força centrífuga do aldeamento, sendo as rivalidades propulsoras de deslocamentos (AMOROSO, 2014). O que se torna necessário considerar é a possibilidade de conflitos de origem unicamente indígenas terem sido postos em segundo plano quando houve razões comuns ou de maior relevância para os atores indígenas.

Por ali, em janeiro de 1865, mal começava a contenda e um destacamento de “voluntários soldados” indígenas apresentou-se. Em carta do intérprete do aldeamento

ao presidente da província, Frutuoso Antônio de Moraes Dutra, disse que era entusiasmada a vontade de “uma turma de 70 mais ou menos” índios da tribo dos Coroados de “coadjuvarem nossas tropas repelindo assim ao Paraguai” e que ele próprio viria a comandar. Solicitou, assim, armamento e fardas para a ação.<sup>10</sup> No ano seguinte, o intérprete ofereceu novamente seus serviços, desta vez, para recrutar indígenas nos aldeamentos do Paranapanema, Jataí e São Jerônimo, para tanto, pediu que lhe adiantassem 150 mil réis, o que foi anuído pela autoridade provincial.

Mas os aldeamentos dos Campos Gerais paranaenses e do oeste paulista foram impactados pela Grande Guerra também pelo aumento do fluxo migratório para aquelas províncias, principalmente de evadidos do Mato Grosso. O diretor do aldeamento de São Pedro de Alcântara e missionário, Frei Timotheo, queixou-se da falta de mantimentos decorrente do afluxo significativo de índios afugentados pelos paraguaios, em tempos anteriores ao estopim do conflito. Esse fato era conhecido de todos, inclusive dos índios que fizeram parte das tropas inimigas. Há notícias de alguns soldados guarani que teriam desertado das tropas de Solano Lopez e buscado abrigo no aldeamento de Santo Inácio do Paranapanema (PR).<sup>11</sup>

O governo incentivou os índios a participarem da guerra de distintas maneiras. Nos anos do conflito internacional, as lideranças indígenas que chegaram à Corte eram especialmente brindadas com fardamentos militares e armamentos, sobre o que se mencionou no *Jornal do Comércio* de 16 de julho de 1865: “Vimo-los fardados de voluntários com as insígnias de seus postos, e são duas figuras marciais”<sup>12</sup>. Tratava-se do capitão Manoel Gabriel e o tenente Amaro, ambos do aldeamento de São João, nas margens do rio Sono, na província de Goiás. A cena foi deveras inspiradora que o chefe de polícia ordenou que lhe tirassem os retratos, “para remeter a outras tribos, que

---

<sup>10</sup> DUTRA, Frutuoso Antonio de Moraes. Carta do intérprete do Aldeamento de São Pedro de Alcântara ao Presidente da Província, 17/01/1865. *Apud* BRITO, Edilson Pereira. *A serviço da pátria: o recrutamento militar na Província do Paraná durante a Guerra do Paraguai (1865-1870)*. Dissertação de Mestrado. Florianópolis: PPGH UFSC, 2011, p.111-112.

<sup>11</sup> AMOROSO, Marta Rosa. *Catequese e Evasão. Etnografia do Aldeamento Indígena São Pedro de Alcântara, Paraná (1855-1895)*. Tese de Doutorado, Antropologia, FFLCH USP, 1998, p166, 170.

<sup>12</sup> *Jornal do Comércio*. 18650716. Ed. 196, p. 01, col. 5. Gazetilha. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/364568\\_05/8882](http://memoria.bn.br/DocReader/364568_05/8882). Acesso em 04/10/2016.

vendo- os tão guapos, hão de cobiçar alistar-se no serviço da pátria”. As promessas sobre demarcações de terras foram o chamariz mais eficiente.<sup>13</sup>

O recrutamento de soldados indígenas foi motivo de pechas diversas. No *Jornal do Comércio*, em outubro de 1865, observamos uma disputa pública pelo protagonismo sobre a arregimentação de soldados indígenas. O anônimo alertou ao Sr. José Cavalcanti que a ele aconteceria o mesmo que ocorrera com o Dr. Catanho, juiz de direito do Brejo da Madre Deus, que havia “feito reunir 114 índios de Cimbres, pondo a frente deles um seu sobrinho”, e que àquele tempo, atribuiu-se o feito ao deputado Brito e seu irmão Candido. Na maior prova de nobreza contrariada, afirmou: “Que seja o Sr. Souza Leão barão e até visconde, à custa dos esforços alheios, não fará isto a menor moça aos seus adversários”.

Edilson Pereira Brito tratou de um documento cuja história é similar a esta colhida na folha carioca. Nas *Reminiscência da campanha do Paraguai, 1865-1870* de Dionísio Cerqueira, o historiador destacou um *causo* dado na Bahia que envolveu a arregimentação de um “formoso corpo de gente escolhida no sertão” por um “moço rico”, parente do cronista. Aconteceu que aquele batalhão foi dado ao comando de outro por questões de influência política. A decepção quanto às honras militares e políticas teriam matado de amargura o rapaz como interpretou o reminiscente (BRITO, 2011, p.86-87). Aliados mesmo dos benefícios políticos da guerra, estavam os índios! Basta lembrar de todo o esforço que fizera o Capitão José Pedro de Souza.

A participação indígena na Guerra do Paraguai também aconteceu porque a prática de recrutá-los para o serviço militar era antiga. Contudo, não se deu sem constrangimentos e coerção. Para a historiadora Vânia Moreira (2006) o recrutamento militar compulsório, ancorado no argumento do caráter “vadio” da população de origem indígena constituíram um sistema de controle do seu trabalho. Em um instigante artigo sobre o tema, *Caboclisto, vadiagem e recrutamento militar entre as populações indígenas do Espírito Santo (1822-1875)*, a historiadora apresentou como as populações

---

<sup>13</sup> O Art. 2º do Decreto nº 3.371 de 7 de janeiro de 1865 prometia aos voluntários um soldo extra de 300 rs. diários a gratificação de 300\$000 quando dessem baixa, “e um prazo de terras de 22.500 braças quadradas nas colônias militares ou agrícolas”. BRASIL, *Collecção das Leis do de 1865*. Rio de Janeiro: Thyphographia Nacional, 1865, p.336.

indígenas, mestiças, de libertos, pobres em geral, compartilharam uma experiência instável de liberdade perante a lei e o costume na questão do recrutamento.

O que ocorreu durante o período do conflito internacional, foi uma elevação na demanda de soldados, que provocou a ocorrência de maiores arbitrariedades nos procedimentos de recrutamento de modo geral, tornando-o particularmente agressivos. Ao mesmo tempo, ocorreu um fenômeno de alistamentos voluntários superando o histórico desprestígio popular da Armada e do Exército. Grupos indígenas diversos participaram da Guerra e experimentaram ambas razões para tanto, além de seus interesses específicos.

De um modo, ou de outro, a participação indígena na guerra deve ser compreendida como um préstimo, um verdadeiro serviço. As notícias do fronte, divulgadas por todo o império a partir, principalmente da imprensa da corte e dos pronunciamentos das autoridades administrativas, construíram, pouco a pouco, a relação do governo paraguaio com a barbárie. O regime de ditadura imposto por López, sua orientação econômica e “a composição racial predominantemente indígena daquele país eram contrastadas à imagem do sistema político imperial (...), a sua economia baseada na agricultura de exportação e as suas potencialidades demográficas. Tal visão reforçou a missão civilizatória do governo imperial e o papel regenerador da Guerra do Paraguai”.<sup>14</sup>

#### BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Os índios na História do Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2010.
- ALMEIDA, Marli Auxiliadora de. *Índios fronteiriços. A política indigenista de fronteira e políticas indígenas na Província de Mato Grosso entre a Bolívia e o Paraguai (1837-1873)*. Tese (Doutorado). PPGH UFRGS. Porto Alegre, 2013.
- AMOROSO, Marta Rosa. *Terra de índio: Imagens em aldeamentos do Império*. São Paulo: Terceiro Nome, 2014. [L] [SEP]
- AZANHA, Gilberto. As terras indígenas Terena no Mato Grosso do Sul. *Revista de Estudos e Pesquisas*, FUNAI, Brasília, v.2, n.1, p.61-111, jul.2005.
- BRITO, Edilson Pereira. *A serviço da pátria: o recrutamento militar na Província do Paraná durante a Guerra do Paraguai (1865-1870)*. Dissertação de Mestrado. Florianópolis: PPGH UFSC, 2011.

---

<sup>14</sup> IZECKSON, Vitor. A Guerra do Paraguai. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (org). *O Brasil imperial. Vol II, (1831-1870)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p. 396-397.

- CARVALHO, S. M. S. 'Chaco: Encruzilhada de povos ou "Meting Pot" Cultural: suas relações com a bacia do Paraná e sul mato-grossense'. In: CUNHA, Manuela Carneiro da. (org.). *História dos índios do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras/ Secretaria Municipal de Cultura/ Fapesp, 1992, p. 457-474.
- CHAMORRO, Graciela; COMBÈS, Isabelle (orgs.). *Povos indígenas em Mato Grosso do Sul: história, cultura e transformações sociais*. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2015.
- DORATIOTO, Francisco. *Maldita guerra – Nova história da Guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro: Cia das Letras, 2002.
- DORNELLES, S.S. "Trabalho compulsório e escravidão indígena no Brasil imperial: reflexões a partir da província paulista". *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v.38, n°79, 2018, pp.87-108.
- HERBERTS, A. L. Os Mbayá-Guaicuru: área, assentamento, subsistência e cultura material. Dissertação (Mestrado em História) – Unisinos (Universidade do Vale dos Sinos), São Leopoldo, 1998.
- KOK, Glória. "A conquista do sertão de Mato Grosso no século XVIII". In: CHAMORRO, Graciela; COMBÈS, Isabelle (orgs.). *Povos indígenas em Mato Grosso do Sul: história, cultura e transformações sociais*. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2015, pp.691-706.
- MALHEIRO, Perdigão. *A escravidão no Brasil. Ensaio histórico, jurídico e social*. 2º Parte. Rio de Janeiro: Typographia Nacional 1867, p. 158.
- MELO, Karina M. R. S., *A aldeia de São Nicolau do Rio Pardo: histórias vividas por índios Guaranis (séculos XVIII-XIX)*. Dissertação de Mestrado apresentada ao PPGH. Porto Alegre: UFRGS, 2011.
- MOREIRA, Vânia Maria Losada. A serviço do império e da nação: trabalho indígena e fronteiras étnicas no Espírito Santo (1822-1860). *Anos 90*, Porto Alegre, v.17, n.31, pp.13-55, jul. 2010.
- MOREIRA, Vânia M. Losada. Caboclisto, vadiagem e recrutamento militar entre as populações indígenas do Espírito Santo (1822-1875). *Diálogos Latinoamericanos*, n.11, 2006, pp.94-120. Dinamarca, Aarhus.
- SILVA, Giovani José (org.). *Kadiwéu: senhoras da arte, senhores da guerra*. Curitiba: CRV, 2011.
- SILVA, Giovani José. "Notícias da guerra que não acabou: a Guerra do Paraguai (1864-1870) lembrada pelos índios Kadiwéu." *FRONTEIRAS: Revista de História*. 9.16 (2008): 83-91.
- TAUNAY, Alfredo d'Escagnolle. *Entre os nossos índios: chanés, terenas, kinikinaus, guanás, laianas, guatós, gauycurús, caimgangs*. São Paulo: Melhoramentos, 1931.
- \_\_\_\_\_. "Relatório Geral da Comissão de engenheiros junto às forças em expedição para província de Mato Grosso 1865-1866". *Revista do IHGB*, Tomo XXXVII, parte segunda. Rio de Janeiro: R. L. Garnier, 1874.
- VASCONCELOS, Cláudio Alves de. "A política indigenista em Mato Grosso (1845-1889)". In: CHAMORRO, Graciela; COMBÈS, Isabelle (orgs.). *Povos indígenas em Mato Grosso do Sul: história, cultura e transformações sociais*. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2015, pp.775-780.